

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Política Indígenista
Data 10/06/93 Pg.: 1503

Sigilo na mudança de assistência a comunidade indígena preocupa Cimi

O Governo Federal pretende alterar a sistemática de assistência aos povos indígenas através de um novo decreto que revogará os anteriores de números 23, 24, 25 e 26, baixados durante o governo Collor. Uma minuta do decreto, proposta pela Funai está em discussão nos ministérios da Justiça, Saúde, Educação e do Desporto, Agricultura e do Meio Ambiente. A informação é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em nota divulgada à imprensa.

O Cimi chama atenção para o caráter sigiloso que envolve a discussão em torno da minuta, que não tem permitido a participação de representantes indígenas e de entidades ligadas à sua causa. É uma iniciativa da Funai que outra vez tenta centralizar todas as responsabilidades sobre as ações de proteção ambiental, saúde, educação e atividades produtivas para as comunidades indígenas. Na prática, trata-se de uma manobra

com graves consequências para os povos indígenas e impede a definição de uma prática democrática da política indigenistas oficial.

A principal crítica do Cimi ao texto, refere-se especialmente à composição e atribuições de uma Comissão Intersetorial proposta, à qual competirá a definição, análise e aprovação dos programas que serão executados junto às comunidades indígenas. "Não se trata de negar a validade da criação desta instância, ausente nos decretos anteriores. Mas seu papel deve ser somente o de articular as ações dos diversos órgãos governamentais envolvidos na assistência aos povos indígenas. Na primeira versão da minuta, a Funai tinha poder quase absoluto ao compor a comissão com técnicos de cada uma das áreas envolvidas, somando pelo menos quatro representantes, enquanto os demais envolvidos teriam um represen-

tante. Os povos indígenas e suas organizações foram totalmente excluídos", diz o Cimi.

Segundo a nota, o grau de poder de decisão que a Funai poderá ter, significará um retrocesso nos avanços obtidos especificamente com as experiências de articulação da Comissão Intersetorial da Saúde do Índio, do Ministério da Saúde, e do Comitê de Educação Indígena; do Ministério da Educação, com ampla participação da sociedade civil e de representantes indígenas no planejamento e na elaboração dos programas.

Para o Cimi é fundamental que a Comissão Intersetorial seja composta não apenas pelos ministérios e entidades indigenistas, mas também por cinco representantes indígenas ou com participação paritária e o corpo de técnicos da Funai e dos ministérios teriam o papel de assessorar a comissão.